

GOLPE DURO NA CRIMINALIDADE

Operações mostram a relevância da RMC para o tráfico de drogas

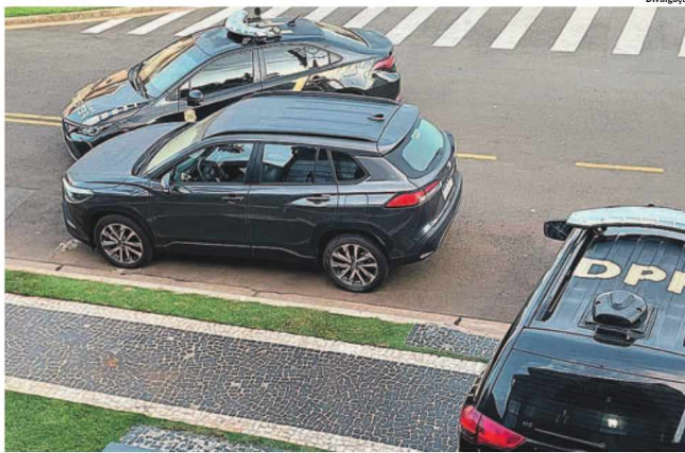
Polícias Civil e Federal deflagraram ontem ações de combate a este crime, que vem crescendo na região

Alenita Ramirez
alenita.ramirez@rac.com.br

A região de Campinas foi palco de duas megaoperações contra o tráfico de drogas e lavagem de dinheiro na manhã de ontem. As ações foram distintas e deflagradas pelas polícias Civil e Federal, com apoio da Polícia Militar e até do Departamento de Operações Policiais Estratégicas (Dope), da Capital. Estas ações contra o tráfico, realizadas por duas corporações diferentes confirmam que a região é referência para o crime organizado, que vem atuando num crescente devido à excelente infraestrutura disponível, como a malha rodoviária de qualidade, aeroportos e ferrovias.

"O tráfico de drogas é uma atividade empresarial ilícita que, assim como a lícita, busca mercado, logística e recursos. Campinas, como todo grande centro urbano e metropolitano desenvolvido oferece exatamente isso", comentou o delegado da PF Campinas, Edson Geraldo da Silva.

A "Operação Acauá", deflagrada pela Polícia Civil de Capivari, foi contra o crime organizado e realizada em cidades das regiões de Campinas, Piracicaba e Sorocaba. A ação, segundo o diretor do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior -9 (Deinter 9), em Piracicaba, Kleber Altale, é o desfecho de uma investigação sobre crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crime organizado, que surgiu a partir de prisões recentes de traficantes na cidade, nas quais foram verificadas que o tráfico local tinha interligação



Na RMC, os alvos foram as cidades de Hortolândia, Paulínia e Indaiatuba: infraestrutura atrai operações ilícitas

com o de outras cidades.

Ao menos 140 mandados de busca e apreensão e cerca de 30 de prisão foram expedidos.

Na Região Metropolitana de Campinas (RMC) os alvos foram as cidades de Hortolândia, Paulínia e Indaiatuba. Já na região, envolveu as cidades de Atibaia, Jundiá, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Itú, Rafard e Capivari.

Ao menos 150 policiais civis, 30 militares, além de guardas municipais e helicópteros da polícia participaram da operação, que prendeu 31 pessoas, sendo 11 delas em flagrante. Dez, que eram alvos na operação, são consideradas foragidas. Do total, sete capturas

ocorreram em Capivari, cidade-sede da ação.

Dos presos em flagrantes, 10 eram adultos e um, adolescente. Não foi divulgadas quantas prisões foram efetivadas nas demais cidades, mas, dentre os mandados, uma das detenções foi a da vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Jundiá, Ieda Maria de Jesus Moraes.

Em nota, a diretoria da 33ª Subseção da OAB/SP informou que foi "comunicada, na presente data, sobre a realização de operação policial em face de 34 pessoas, sendo uma delas a advogada e ex-vice-presidente desta subseção, que apresentou carta de renúncia para defender sua inocência".

De acordo com a OAB, a Comissão de Prerrogativas está "acompanhando e apurando as bases da operação da Polícia Civil, reforçando sua atuação, para que os direitos e as prerrogativas sejam respeitadas, assim como o cumprimento do devido processo legal, do futuro contraditório e da ampla defesa", citou em nota.

Tráfico internacional

Já a Polícia Federal (PF) deflagrou a "Operação Corona", com objetivo de combater organizações criminosas dedicadas à lavagem de dinheiro do narcotráfico internacional. Neste caso, a corporação cumpriu um mandado de prisão e um de busca e apreensão em Paulínia.

Um homem sob investigação foi preso preventivamente, de acordo com o mandado expedido pela Justiça Federal de Pernambuco. Ao todo, 16 mandados de busca e apreensão e nove de prisão preventiva foram cumpridos por 80 policiais nos estados de Pernambuco, São Paulo (regiões de Santos, Capital, Campinas e Ribeirão Preto) e Mato Grosso do Sul (capital) e Amazonas (interior).

O homem detido em Paulínia e os materiais recolhidos, entre eles documentos e aparelhos eletrônicos, foram levados à sede da PF.

A corporação pernambucana apura a movimentação de mais de R\$ 116 milhões por parte da organização. "A intenção é a de sequestrar o patrimônio dos criminosos, a fim de descapitalizar o crime organizado", citou a corporação por meio de nota.

A "Operação Corona" começou em abril de 2020, a partir de uma apreensão de cerca de 650 quilos de cocaína em um avião no Recife, e visa combater organizações criminosas que atuam em lavagem de dinheiro do narcotráfico internacional. As penas podem chegar, isoladamente, a mais de 20 anos de reclusão.

Na época da apreensão do avião, piloto, copiloto e outras pessoas envolvidas no descarregamento da droga foram presas. Em seguida, a PF identificou a criação de empresas de fachada para movimentar o dinheiro para o crime organizado transnacional. A maioria das empresas fica no Estado de São Paulo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Segurança **Caderno:** A **Página:** 16